

## **Reflexões sobre uma dificuldade interpretativa em textos que abordam o cristianismo e sua relação com temas da educação infantil**

Juarez Gomes

Resumo: Este artigo é uma exposição sintetizada da tese de que existe dificuldade por parte de pesquisadores na abordagem de temas da educação infantil quando relacionados às religiões cristãs, ao apresentá-los como sendo a mesma ótica do cristianismo. Considerando a palavra cristianismo como um signo da proposta de vida feita por Jesus Cristo e não uma religião, o estudo defende ser inadequado utilizar esse termo como sinônimo de religião cristã, seja em pesquisas, livros didáticos ou de formação de profissionais que atuam com crianças ou famílias. Será mostrado que, além do cuidado ao se referir à religião cristã no singular, também deve ser considerado que diferentes religiões cristãs orientais e ocidentais se multiplicaram ao longo da história e se afastaram da maioria das práticas ensinadas por Jesus Cristo. Portanto, sendo o cristianismo e as religiões cristãs entidades distintas, não se deveria atribuir ao cristianismo idéias ou condutas geradas por essas organizações, ainda que elas se autodenominem cristãs. Teóricos e educadores como Pestalozzi (INCONTRI, 1996) e Buber (1979), no bojo de suas ações, objetivaram distinguir claramente esses temas, mostrando que o exercício religioso pode não ter relação com o comportamento cotidiano e defendendo ser natural para a humanidade, principalmente para a criança, interagir o tempo todo com o seu Criador e o seu semelhante. A maior motivação dessa interação é a necessidade de amor incondicional e ela pode ser satisfeita independentemente da participação em instituições religiosas. Interpretar os devidos conteúdos da historiografia ocidental nesta perspectiva pode suscitar a busca por novas fontes para a elaboração de propostas que valorizem ainda mais uma educação infantil comprometida com a prática do amor incondicional. Para colaborar nessa direção, o artigo fará rápidos apontamentos bibliográficos com incursões em episódios da história do povo judeu, a partir da bíblia cristã e outras obras, focando a sua estrutura patriarcal dentro do entendimento de que Jesus Cristo expressou a essência desta. A narrativa firma-se na convicção de que a valorização da família em benefício da criança é um dos importantes pilares da tradição judaica e cristã, constituindo-se como referência positiva para outras culturas. O autor utiliza essa abordagem há mais de uma década como parte de conteúdo da formação de professores em disciplinas regulares e especiais, e na extensão universitária através de atendimento coletivo e individual a famílias interessadas em estudar sobre educação de filhos. Os relatos dessas populações apontam para importantes ganhos cognitivos e emocionais advindos da ampliação do entendimento sobre formas de interações positivas do adulto com a criança. A compreensão e a prática da proposta de Jesus Cristo por educadores, ainda que parcial, pode trazer benefícios sócio-afetivos significativos para o desenvolvimento infantil. Diferente disso, ao inferiorizar a criança as religiões, cristãs ou não, disseminaram crenças que pouco somaram para um adequado relacionamento dela com o adulto. Espera-se que o texto contribua para o início de uma eventual revisão do posicionamento de pesquisadores em relação ao tema, possibilitando a expansão do conhecimento a partir de outras propostas de educação infantil que não sejam apenas aquelas tradicionalmente referenciadas nas culturas ocidentais.

Palavras-chave: Educação infantil. Criança. Cristianismo. Religiões cristãs.

## Uma reflexão pedagógica introdutória sobre Deus e religião

Sem a pretensão de discussão teológica e dentro do monoteísmo judaico-cristão, objetiva-se aqui deixar clara a diferença entre crer ou praticar uma religião e relacionar-se pessoalmente com Deus, considerando-O também como uma pessoa. Nesse contexto, entende-se que o mais comum e provável é ser religioso e não conhecer a Deus, visto que se relacionar com Deus não se limita a um espaço, contexto ou doutrinas religiosas.

A dificuldade em lidar com isso é antiga, a começar pela definição do vocábulo religião, seja nos dicionários ou enciclopédias. Para exemplificar, a Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1998, V.20, p.4978), registra que ela é um “1.Conjunto determinado de crenças, de dogmas que definem a relação do homem com o sagrado. – 2.Conjunto de práticas, de ritos específicos, próprios a cada uma dessas crenças.”

Sobre o vocábulo Deus, a mesma obra registra (V.8, p.1878), que é “1.Nas religiões monoteístas, ser supremo, transcendente, criador e autor único e universal de todas as coisas...”

Sem precisar recorrer à teologia, um simples exercício de lógica permite concluir que nenhum dogma ou rito poderia delimitar um ser com essas características. Além desse entendimento pode-se concluir que, se Deus é um ser criador, a única forma de Ele fazer contato com a criatura é pelo relacionamento, categoria e prática muito diferente de ritual.

Portanto, é compreensível que os defensores do direito ao ensino laico nos sistemas públicos de educação infantil também tivessem dificuldade em separar essas duas realidades em seus discursos. Objetivando dar uma pequena contribuição nesse cenário e fundamentado em idéias relacionadas às de Pestalozzi (INCONTRI, 1996) e Buber (1979), defende-se que o problema não é a fé, no sentido de confiança/relacionamento com Deus. O grande inimigo do ser humano é a manipulação sócio-econômica que os sistemas religiosos fazem da fé, no sentido de crença/mito. Nesse contexto de religião como invenção humana, o cristianismo tem seus princípios relacionados à primeira condição e as religiões cristãs na segunda.

Segundo Incontri (1996, p.76), Pestalozzi entendia e praticava uma educação direcionada para a liberdade da criança em relacionar-se com Deus. Nascido em Zurique, em 1746, e falecido em 1827, defendia que essa educação poderia “elevar” a natureza dos homens. Ele trabalhou de 1771 a 1780 na fazenda Neuuhof, um instituto educacional para crianças pobres, e em outras instituições (Stans, uma ampliação de Neuuhof, de 1798 a 1799; Burgdorf, de 1799 a 1804; Clindy, integrado a Iverdon, de 1818 a 1819; Iverdon, de 1806 a 1825). Como é comum em projetos dessa natureza, ele teve alguns problemas com colegas educadores que não compreenderam suas propostas.

Pestalozzi também lutou pela democratização da educação em seu país, defendendo ser o direito absoluto de toda criança ter plenamente desenvolvidas as capacidades que Deus lhe havia dado, as físicas, intelectuais, afetivas e espirituais.

Para ele, a religião verdadeira é mais profunda do que dogmas ou credos. Em suas escolas orientava que os “sentimentos religiosos”, que era relacionamento direto com o Deus de amor incondicional, fossem despertados nas crianças antes de palavras formais e/ou seus símbolos. Aprofundou estudos no que ele denominou de três dimensões da natureza humana: 1) O sujeito como obra da natureza (**animal**), que seria o viver apenas para a satisfação das próprias vontades biológicas, com um comportamento focado no egocentrismo/egoísmo; 2) O sujeito como obra da espécie (**social**), que aprenderia na família e na escola a fazer e/ou suportar o que as diversas relações sociais de “contrato” determinam, inclusive as religiosas. É o que poderia ser chamado de “boa pessoa”; 3) O sujeito como obra si mesmo (**moral**), que seria aquele que aprenderia a viver livre das tiranias do seu próprio egoísmo e das exigências

das relações sociais. O sujeito moral viveria, ao mesmo tempo, o direito e o dever da santidade pessoal e do meio (“Viver divinamente no meio dos laços da carne”, Incontri, 1996, p.162). Ele se posicionaria favorável à proposta da liberdade no relacionamento com Deus por ser Ele a fonte do amor incondicional.

No contexto das idéias e experiências de Pestalozzi, a contradição da educação, seja familiar ou social (e talvez um dos principais motivos de revoltas das novas gerações), é que boa parte dos educadores tende a agir orientados apenas pela natureza “animal” e/ou “social”. Diante disso, ficaria difícil falar de pretensões ou projetos para crianças e adolescentes.

Apesar dessa dificuldade, atualmente vislumbra-se possibilidades de, pelo menos ser feita uma discussão científica a respeito desse desenvolvimento “moral” infantil. Ao falar sobre esses estudos, deixando muito claro a diferença entre cristianismo e religiões cristãs, Streck (2005), nos informa que,

A contribuição destas pesquisas é no sentido de focar a fé e as expressões da fé a partir de ângulo da pessoa que está em desenvolvimento e não como um ideal pronto, acabado, definido de antemão por teólogos ou pela igreja. Em nenhum momento se promete algo como um caminho infalível para uma fé plena, muito menos se elimina ou substitui a graça de Deus como fonte da fé. Diante da fé parece que, como educadores, movemo-nos entre ser uma espécie de servos inúteis e ao mesmo tempo fiéis semeadores sem os quais corre-se o risco de não haver colheita. (STRECK, 2005, p.121)

Em um contexto histórico diferente, ideias relacionadas às de Pestalozzi também ganharam força através do trabalho do grande pensador e educador Martin Buber. Nascido em Viena, em 1878 e falecido em 1965, ele expressou na obra “Eu e Tu”, entre várias propostas capazes de responder muitas inquietações da natureza humana, a possibilidade da existência de uma sociedade onde os valores morais/religiosos, coexistam com os demais, numa relação dialógica harmônica, Deus-homem-semelhante.

Suas reflexões não deixam dúvidas de que os valores explicitados nessa relação e a partir dela, mesmo que ligados à cultura judaica, não são de conotação religiosa e podem ser viáveis dentro do sistema educacional brasileiro. Buber, que sempre atuou como um defensor do bom relacionamento humano, é apresentado na introdução da citada obra feita por Newton Aquiles Von Zuben, não como um sonhador, mas como alguém com os pés no chão, nunca pensando ou agindo voltado somente para seu povo, mas para a humanidade:

Buber nunca quis figurar como porta voz de um sistema filosófico. Via sua missão como uma resposta à vocação que havia recebido: a de levar os homens a descobrirem a realidade vital de suas existências e a abrirem os olhos para a situação concreta que estavam vivendo. Como Sócrates, ele ajudava com a sua presença, o ‘parto dos espíritos’ nos homens. [...] Buber não se deixa etiquetar por qualquer sistema doutrinário conhecido. Qualificações como místico, existencialista ou personalista, nada mais fazem que desvirtuar o sentido de sua vida e de sua obra [...], o maior compromisso de sua reflexão é com a experiência concreta, com a vida. (Buber, 1979: p. XVII e XVIII)

O relacionamento Deus-homem-semelhante está nessa “experiência concreta”, independentemente de religião, principalmente se ela escravizar as pessoas através de lugares, coisas ou entidades supostamente especiais. Ele expressa dentro de sua realidade histórica aquilo que os primeiros cristãos tinham vivenciado, que é a impossibilidade de pensar ou praticar o amor a Deus sem o amor ao próximo, realidade manifestada unicamente através de comportamentos concretos e cotidianos (BUBER, 1979, p.116-119).

### **As diferenças entre cristianismo, religião cristã e religiões cristãs**

Entendido os espaços conceituais específicos de relacionamento com Deus e religião, dentro do estudo sobre a história da infância e da família, este artigo busca discutir a importância de as publicações historiográficas, ou pesquisas a elas relacionadas, deixarem de confundir cristianismo com religião cristã ou religiões cristãs. Isso não significa que tal confusão seja necessariamente proposital, muito menos de má fé, uma vez que as muitas e distintas organizações religiosas que se distanciaram do cristianismo continuaram usando o título de cristãos. Porém, assim como não seria adequado chamar de muçulmano um grupo de pessoas que não pratica o islamismo, ainda que este assim o deseje, a mesma lógica deveria valer para as instituições que se dizem cristãs e não praticam o cristianismo.

O fato de ser uma proposta o viver do jeito que Jesus Cristo viveu é um dos principais aspectos que diferencia cristianismo de uma religião cristã. Ele entrou na história da humanidade com o principal objetivo de corrigir a visão errada que as religiões monoteístas, principalmente as judaicas, desenvolveram a respeito do Deus Criador e Pai. Jesus Cristo provou que o Criador não se afasta do homem, que é o homem que foge acreditando que não precisa submeter-se a ninguém para ser feliz. Ele provou, principalmente, que o problema do pecado é único e exclusivo da raça humana, afetando negativamente apenas e tão somente ela.

Nesse sentido, mandamentos, vontade de Deus, proibições divinas, ou qualquer outro sinônimo, objetivam garantir à humanidade uma vida livre, plena. **Entende-se que o chamado “sermão da montanha”, é um dos trechos bíblicos que melhor expressa, ao mesmo tempo, a natureza amorosa incondicional do Criador, as vantagens de se adotar a vontade de Deus e a diferença entre cristianismo e religião.** Como não há espaço aqui para tratar de todos esses aspectos, será destacado resumidamente apenas o relacionado à presente discussão, o amor incondicional. Disse Jesus Cristo,

Ouvistes o que foi dito: Amarás o teu próximo, e odiarás o teu inimigo. Eu, porém, vos digo: Amai a vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem; para que sejais filhos do vosso Pai que está nos céus; Porque faz que o seu sol se levante sobre maus e bons, e a chuva desça sobre justos e injustos. Pois, se amardes os que vos amam, que galardão tereis? Não fazem os publicanos também o mesmo? E, se saudardes unicamente os vossos irmãos, que fazeis de mais? Não fazem os publicanos também assim? Sede vós pois perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos céus. (Mateus, 5, 43-48).

Como está explícito, diferente do que se fez e ainda se faz em muitas religiões, inclusive as cristãs, no cristianismo não existe a possibilidade de odiar ou matar para defender a fé ou qualquer outro tipo de idéia ou valor. E não se trata apenas de não matar o corpo, o cristão também não mata o outro interiormente, em sua alma, ainda que esse outro se declare inimigo, pois ele sabe que ao odiar alguém ou deixar de praticar o bem ele não é mais cristão.

Esse é um exemplo da pura expressão do amor incondicional praticado primeiramente pelo Criador através de seu primogênito Jesus Cristo, pois as pessoas precisam ser amadas independentemente de terem ou não um comportamento merecedor. Ao contrário do que possa julgar quem não vive nesse contexto, dificilmente a pessoa amada incondicionalmente se torna libertina, normalmente ela transforma-se em alguém que faria qualquer coisa pela pessoa que o ama.

Ao propor que se viva assim, garantindo sua força espiritual a quem dela precisar, Jesus Cristo manifesta a vontade do Deus Criador em ver a humanidade livre do sofrimento gerado por sentimentos como inimizade ou mágoa. As religiões podem até fazer discurso nesse sentido, mas o que Jesus Cristo propõem é a experiência cotidiana, é o “ser perfeito...”, e não apenas pensar ou propagar boas intenções, muito menos apenas em rituais.

Esse é um dos principais motivos que leva àquele que não pertence a uma religião cristã a não ter muito problema com o cristianismo, como aparece nos discursos de Ghandi,

por exemplo. Também em relação aos ateus, praticamente tudo o que criticam ou combatem está relacionado às religiões cristãs e não ao cristianismo, visto como a proposta de vida trazida por Jesus Cristo. Ainda que não se creia nele ou pratique seus ensinamentos, esse ser humano especial é admirado por quase todo mundo.

Por causa da grande expressão social que o cristianismo representou no início, o surgimento da religião cristã ocorreu como uma estratégia política do imperador romano Constantino, no início do século IV d.C. Objetivando astutamente fortalecer seu fragilizado império, visto que também não conseguia eliminar aquele significativo grupo de pessoas que se orientava por princípios eternos, ele declarou o cristianismo como religião oficial. Considerando que os verdadeiros cristãos não concordaram com isso e esse “povo do caminho” tenha continuado existindo na clandestinidade, separados (não divididos) em pequenas comunidades, eles deixaram de ser observados pelos historiadores.

A partir daquele momento, por pressão do império, os vocábulos cristianismo e religião cristã se tornaram sinônimos e os historiadores passaram a chamar de cristãos apenas os participantes das instituições religiosas oficiais. Sem nenhuma relação com o que Jesus Cristo falou e fez, uma série de preceitos, doutrinas e conceitos que faziam sentido apenas dentro do Reino de Deus, foram inadequadamente interpretados por essas entidades juntamente com interesses da política vigente.

**É muito importante que isso fique muito claro. Não houve oficialização do cristianismo de Jesus Cristo, que nunca foi e nunca será uma instituição humana. Pessoas mal intencionadas infiltradas em grupos cristãs, aproveitaram-se da suposta conversão do imperador e de sua mãe para juntarem-se ao poder político, se autodeclarando os únicos e verdadeiros líderes cristãos. A união com o estado é em si mesma uma característica não cristã. O modo de vida proposto por Jesus Cristo não possui relação com sistemas ou organizações de poder onde uns consideram-se melhores que outros. Como exemplificado por Jesus Cristo em vários episódios, a única maneira de ser maior que outro é servindo-o.**

Portanto, religião cristã é uma invenção humana inspirada nas religiões judaicas e inicialmente representada pelo catolicismo romano oriental, dividindo-se em várias outras no decorrer da história. Ou seja, surgiu o catolicismo romano oriental, em seguida o ocidental, depois a religião cristã protestante que também se dividiu em outras religiões cristãs protestantes. Ainda hoje elas estão se dividindo em outras religiões cristãs com as mais diversas crenças e rituais, sempre com discursos supostamente inspirados no cristianismo.

Embora isso seja polêmico, as religiões cristãs institucionalizadas possuem uma prática cotidiana descaracterizadora da proposta central de Jesus Cristo, que é a de viver na Terra o amor incondicional que já existe no Reino Eterno de Deus, o único capaz de estabelecer o que é certo ou errado, justo ou injusto. Apesar disso, essas e muitas outras religiões passaram a representar o que socialmente se conhece por cristianismo.

Porém, se considerado a forma de organização e a prática de todas elas, comprometidas com o sistema político, é no mínimo um engano vê-las como sendo a mesma coisa que o cristianismo. Ainda que se use apenas o sermão da montanha como “régua”, elas não deveriam ser chamadas de cristãs, especialmente por pesquisadores, principalmente se comparado o modo de viver dos primeiros cristãos no primeiro século.

Confusão semelhante aos conceitos e idéias do cristianismo e das religiões cristãs, ocorre também com o patriarcado, organização importante dentro do cristianismo.

## **O patriarcado e sua origem**

Falar da origem do patriarcado é falar quase que exclusivamente do Antigo Testamento (AT) bíblico, visto que ele constitui-se como a principal referência histórica desse sistema. Em relação à veracidade total ou parcial do AT, talvez não exista tema mais tratado por pesquisadores (ateus, religiosos ou “neutros”). Ainda que não se reconheçam todos os seus livros como documentos históricos nos moldes da ciência moderna, não se pode negar que o AT possui, no mínimo, a história de um povo. A respeito disso, Keller (1978), diz,

A Bíblia não tolera ser comprimida dentro da moldura rígida, apertada, das nossas exigências – por si só bastante problemáticas – de “verdade histórica” e “objetividade científica”, a não ser que pretendêssemos violá-la. Ela é (ou antes, era) uma obra histórica, mas não no sentido como nós o compreendemos. Ela é a narração de um povo e seu deus, cujas disposições foram sentidas pelos seus adeptos, na própria carne, ao longo da história. E ela nem pretende constituir-se no protocolo neutro, incorruptível, dos eventos relatados, pois para tanto ela está engajada demais e demasiadamente condicionada à sua época, cuja linguagem fala. E há outro ponto que não pode ser esquecido: a Bíblia serve-se de meios de expressão que nem sempre coincidem com os nossos; também a linguagem bíblica, a fundo, é uma abstração, como nem poderia deixar de ser, porém ela é muito mais rica em quadros demonstrativos do que a nossa, atual. (KELLER, 1978, p.425)

Nesse contexto, quando se faz referência ao patriarcado também é comum confundir a sua essência com aquilo que as religiões fizeram dele, tanto a judaica quanto a cristã. O primeiro grande equívoco é afirmar que o patriarcado originou-se e é característica do Império Romano, absorvido pelo catolicismo e o regime feudal.

O patriarcado surgiu entre os povos semíticos há aproximadamente 2000 a.C., num formato muito diferente do que foi propagado pelos romanos. Ou seja, o que foi feito do sistema patriarcal por outras culturas não tem relação com a sua essência, que objetivava uma maior responsabilização do homem mais velho da família. A partir dessa definição, pode-se afirmar que o primeiro e mais significativo patriarca de que se sabe um pouco mais é o semita Abraão, nascido da antiga Mesopotâmia.

Relatos bíblicos confirmados pelos pergaminhos encontrados nas cavernas do Mar Morto, apontam para um homem sensível que praticava habilmente as boas relações humanas, fosse com sua esposa, filhos, criados ou hóspedes (Keller, 1978, p.54-63). Abraão conquistou respeito entre os poderosos e a simpatia entre os mais humildes de seu tempo. Fazia questão de trabalhar, inclusive juntamente com seus criados, e evitar qualquer tipo de vantagens que compromettesse os princípios que acreditava ser de acordo com os objetivos do Criador para ele e sua família.

Esse comportamento pode ser percebido, também, nas narrativas sobre a vida de seu filho Isaque, seu neto Israel, seu bisneto José, seus descendentes Moisés, Josué ou Davi, culminando em Jesus Cristo e seus primeiros apóstolos (KELLER, 1978, p.319). Em especial, os escritos do apóstolo Paulo não deixam dúvidas sobre o verdadeiro sentido da autoridade patriarcal, que é o exercício do amor incondicional para com os seus familiares, uma característica marcante dentro das comunidades cristãs.

Não há dúvidas de que o aumento de pesquisas sérias sobre esse tema poderia valorizar teses que buscassem verificar a **viabilidade de relacionamentos familiares mais saudáveis, principalmente os conjugais, fundados no compromisso, na fidelidade, na verdade, na cumplicidade, no respeito e valorização ao diferente**. Esses fundamentos são imprescindíveis para o processo de construção de uma sociedade mais justa e fraterna (BUBER, 1979, p.116-120).

Portanto, o sistema patriarcal registrado pela maioria dos pesquisadores nada tem do projeto do Criador para a humanidade. Assim como a religião cristã forjou-se de cristianismo para, juntamente com o poder político, manter a dominação de uma minoria e explorar os

mais pobres e/ou sem instrução, o patriarcado gerado nesse contexto também não é verdadeiro. Um patriarca como Abraão, Isaque ou Jacó, era um homem que, relacionando-se com o Criador, que é pai de todo ser vivente, absorvia características desse Pai, vivendo para que sua família fosse protegida e amada incondicionalmente.

Mesmo sabendo que as religiões judaicas corromperam muitos princípios do patriarcado, especialmente depois do reinado de Salomão, a compreensão dos fundamentos da cultura do povo judeu dá bases para se compreender também o cristianismo e a valorização da criança e da família nesse contexto.

### **A singularidade e importância da cultura judaica**

Segundo Scliar (1987, p.29), ao falar sobre o (seu) povo judeu, “O judaísmo pode ser visto como um grupo étnico, caracterizado por passado histórico, línguas e tradição em comum, por uma cultura com certas características próprias. E ainda por certo comprometimento, mesmo que negativo, com o Estado de Israel”.

Possíveis preconceitos à parte, é difícil negar o pioneirismo desse povo, também chamado de hebreu, na adoção de legislações e normas para quase todos os aspectos das boas relações humanas. Por volta de 1500 a.C., através do erudito judeu/egípcio e pastor de ovelhas Moisés, por exemplo, já estavam sendo colocadas as bases sociais e legais para o respeito à mulher e ao idoso, à criança e ao estrangeiro (HALLEY, 1970, p.116). Oposto a isso, praticamente todos os livros de história registram a conduta bárbara dos povos vizinhos dos judeus, onde a mulher era apenas objeto sexual e reprodutora, o idoso e a criança eram “invisíveis”, e o estrangeiro escravizado até a morte.

As noções básicas de higiene e os cuidados com as doenças contagiosas também foram tratados pelos hebreus nessa época, prática que a maioria dos europeus da Idade Média ainda não tinha. Fosse na política (patriarcado até Moisés, governo dos juízes ou monarquia), na economia (modos e tipos de produção agrária ou pecuária), ou em qualquer outra área social, havia orientações específicas que atravessaram a história e ainda são mantidas na contemporaneidade (SCHLESINGER, 1982, p.14).

Ainda que os judeus não tenham entendido plenamente a proposta da Teocracia, e nenhum outro povo entendeu, na sua organização social e religiosa eles tiveram o cuidado com a valorização da vida. Proibiram, por exemplo, qualquer tipo de mutilações ou sacrifícios humanos. Foram eles que geraram Jesus Cristo, quem expressou de forma clara todo o princípio do patriarcado acima descrito. Mesmo não constituindo família, Ele tratava a todos que se aproximavam como sendo seus parentes, inclusive as crianças, normalmente inferiorizadas pelas autoridades e instituições da época.

### **A educação infantil judaica**

Corroborando com o importante trabalho de Kuhlmann Jr. (2010, p.22), “O sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média”, os registros do povo judeu e a respeito deles e sua cultura são importantes fontes de estudo também sobre a educação infantil.

Nesse contexto, especificamente sobre a educação infantil, o povo judeu via nas crianças a garantia da preservação de sua cultura, dando grande importância à transmissão de sua história e costumes através da tradição oral e, posteriormente, pelo estudo da Lei Mosaica, dos escritos proféticos, poéticos e rabínicos. Não era apenas a mulher a responsável pela

educação dos filhos quando estes eram desmamados. Independentemente da condição social, o marido e pai, ou o patriarca, precisava investir parte de seu dia com os filhos, especialmente se fosse menino (SCHLESINGER, 1982, p.21).

Nesse contexto, será apresentado a seguir, algumas situações cotidianas da história do judaísmo envolvendo crianças, inclusive no início do cristianismo. Diferentemente do que fazem os críticos das religiões cristãs e judaicas, será feita a explanação sobre elas dentro do contexto do cristianismo, ou seja, da prática do amor incondicional pensado pelo Criador para a vida na Terra. Reafirma-se que o principal objetivo é distinguir o contexto religioso, político e nocivo para as crianças, do patriarcado judaico e cristianismo, organizações que protegem a infância.

O primeiro episódio é um exemplo da importância dada pela tradição judaica às crianças, mostrando consciência que tinham sobre o que pode ser chamado de rudimentos da percepção sobre os estágios de desenvolvimento infantil. É a festa que o mais importante patriarca judeu, Abraão, deu para seu filho Isaque. O contexto do que era um tipo de ritual de passagem, para celebrar o desmame do garoto (Gênesis 21,6-9), mostra que, se na Europa apenas no século XVI a infância foi percebida como fase especial a ser valorizada, então realmente há muito que se aprender sobre esse tema com a cultura judaica.

Considerando que praticamente todos os povos vizinhos dos hebreus chegavam a ponto de queimarem os próprios filhos em rituais religiosos, seria injustiça ou discriminação infundada não admirar o tratamento dado às crianças judaicas. As razões para esse respeito à criança foram registradas por um outro grande patriarca, Moisés.

Esse importante legislador, sacerdote e profeta, ao reescrever a história de seu povo deixa claro qual era o papel das crianças,

Ouvindo, pois, o SENHOR a voz das vossas palavras, indignou-se, e jurou, dizendo: Nenhum dos homens desta maligna geração verá esta boa terra que jurei dar a vossos pais. Salvo Calebe, filho de Jefoné; ele a verá, e a terra que pisou darei a ele e a seus filhos; porquanto perseverou em seguir ao SENHOR. Também o SENHOR se indignou contra mim por causa de vós, dizendo: Também tu lá não entrarás. Josué, filho de Num, que está diante de ti, ele ali entrará; fortalece-o, porque ele a fará herdar a Israel. E vossos meninos, de quem dissestes: Por presa serão; e vossos filhos, que hoje não conhecem nem o bem nem o mal, eles ali entrarão, e a eles a darei, e eles a possuirão. (DEUTERONÔMIO, 1:34-40)

Embora haja muita coisa envolvendo este trecho e seu contexto, o foco que se coloca aqui é visão que tinham dos filhos como aqueles que continuariam fazendo o que o Criador começou através deles. Cuidar das crianças que não conheciam “nem o bem nem o mal” significava prepara-las para herdarem a terra prometida e, principalmente, não cometerem os mesmos erros de seus pais. Ou seja, o cuidado infantil nasceu entre os judeus em um contexto de obediência ao Criador, de representar Sua paternidade. Desde os rituais de purificação e separação da parturiente por um período mínimo de quarenta dias, até a responsabilidade de o homem transmitir todas as leis do Criador aos filhos maiores. Tudo era organizado para que as crianças fossem protegidas e adequadamente preparadas para a vida adulta.

Mesmo o contexto do castigo físico por desobediência aos pais, aspecto bastante criticado em nossos dias de “é proibido proibir”, era focado na necessidade de uma conduta parental exemplar e de total preocupação com o bem estar da criança. Ou seja, a “vara da disciplina” era para todos, e os pais tinham a responsabilidade de transmitir o amor e a justiça do Criador no processo de educação (NÚMEROS, 32:13-17; SALMOS, 8:1-4; PROVÉRBIOS, 23:10-17; ECLESIASTES, 4:11-16).

Depois do Império Davídico, com as invasões dos Persas, Babilônicos e Romanos, o sacerdócio judaico, inicialmente comprometido com o patriarcado, passou a ter conotações muito mais políticas do que ritualísticas e paternas. Essas mudanças geraram as religiões

judaicas da forma como pode ser percebida pelos ensinamentos dos fariseus e saduceus. A mistura com outras culturas corrompeu muitos comportamentos exemplares que tinham, incluindo o tratamento dado às crianças.

Isso pode ser percebido nos tempos de Jesus Cristo, em episódios onde ele repreende os adultos por seu desrespeito às crianças. Embora os controladores da religião judaica tenham conseguido dar uma certa invisibilidade às crianças, o filho humanizado do Criador recoloca as coisas no seu devido lugar. Diferente do que ensinavam as religiões, na ótica cristã entrariam no reino de Deus apenas aqueles que estivessem dispostos a um comportamento de total confiança no Pai, a viver a verdade e a simplicidade, características inerentes à infância. Vale a pena registrar um desses momentos:

Naquela mesma hora chegaram os discípulos ao pé de Jesus, dizendo: Quem é o maior no reino dos céus? E Jesus, chamando um menino, o pôs no meio deles. E disse: Em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos fizerdes como meninos, de modo algum entrareis no reino dos céus. Portanto, aquele que se tornar humilde como este menino, esse é o maior no reino dos céus. E qualquer que receber em meu nome um menino, tal como este, a mim me recebe. Mas, qualquer que escandalizar um destes pequeninos, que crêem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma mó de azenha, e se submergisse na profundidade do mar. (MATEUS, 18:1-6)

Ao declarar publicamente a importância de os adultos almejarem a humildade de uma criança, Jesus Cristo resgatou a essência do patriarcado. Ele reiterou a necessidade de que o gênero masculino (*pater*) pratique o respeito à mulher e à criança como seres vulneráveis na época e que precisavam de amor incondicional. Consequentemente, também a necessidade de se investir mais tempo de qualidade e proteção à infância (MATEUS 19, 13-15; EFÉSIOS, 5:25-33; 6:4; TITO, 1:5-9).

Em todas essas situações concretas envolvendo Jesus Cristo e seus discípulos, não está em jogo questões de doutrinas ou filosofias religiosas. Não se tratava de ensinar o modo como um adulto deveria lidar com as crianças durante uma cerimônia, mas no cotidiano, enfatizando comportamento e não idéias. É verdade que as religiões cristãs ensinam que a criança precisa ser amada. Mas, na prática, os interesses do mundo adulto são sempre mais importantes que os da criança. Para ficar apenas em dois exemplos, ela normalmente é vista como alguém que atrapalha o ritual, ou é a última a ser considerada quando os pais resolvem terminar a relação conjugal.

Na atualidade, alguns grupos judaicos conservadores tentam voltar ao princípio da valorização da infância como garantia de manutenção do próprio povo. Segundo Blaj (2008), a educação infantil entre os judeus, dentro e fora de Israel, trabalha para ser integral e integralizadora, investindo em todas as áreas de desenvolvimento da criança sem desprezar o que é relevante nas pesquisas modernas.

A criança a partir de sua experiência social percebe que para este convívio é preciso ter regras. Segundo Piaget, depois dos dois anos com o desenvolvimento do seu pensamento, da linguagem oral e a entrada no universo simbólico há também um maior refinamento das emoções, que passam a ser recordadas e expressas. Em *Purim*, Durante a narrativa da *Meguilat Ester*, a criança é exposta a normas de conduta que são, a cada idade de uma forma, compreendidas [...]. Durante este processo de formação moral da criança podemos notar um diálogo estreito entre o bem e o mal, entre realidade e fantasia e entre as normas de conduta do adulto e da criança. As regras morais e as regras dos jogos estão pautados na possibilidade de interagir com outros e respeitá-los. (BLAJ, 2008, p.155-156)

Como também é registrado e enfatizado pela autora, um trabalho dessa natureza apresentará resultados adequados apenas se a família estiver participando de fato no cotidiano da escola ou da educação infantil. Embora a escola seja importante para o desenvolvimento da

capacidade de socialização da criança, o ambiente familiar fundado no amor incondicional é que dará o “combustível” necessário para o adequado amadurecimento emocional infantil.

### **Dificuldades interpretativas em relação à educação infantil e ao cristianismo**

Diante desses esclarecimentos, entende-se que ficará mais fácil entender a preocupação do autor com o equívoco dos pesquisadores que atribuem ao cristianismo idéias de responsabilidade das religiões cristãs. Como feito nos outros itens, serão apresentados alguns trechos de publicações exemplificando como e onde isso ocorre.

Já é antiga essa confusão feita por teóricos na reflexão sobre conteúdos e temas quando relacionados ao cristianismo e às religiões cristãs. Poderiam ser apresentados aqui vários casos ilustrativos. Em todos eles, sem desmerecer a obra e muito menos o autor, visto que qualquer teoria pode ser questionada em partes sem perder seu valor, veja-se a maravilhosa obra *Didática Magna*, de Comenius (1997, p.66-68).

Ao falar sobre a singularidade da natureza humana, ele diz “Que as raízes da religião estão no homem por natureza...” no contexto da semelhança e necessário relacionamento do homem com Deus. Em seguida, refere-se aos “pagãos, que, sem terem sido orientados pela palavra divina, apenas por um instinto oculto da natureza”, também praticavam sua fé. Na verdade o “orientados pela palavra divina” seriam os preceitos da religião, que normalmente ignora que Deus fala com todas as suas criaturas, seja de forma direta ou indireta.

Continuando a reflexão, Comenius (1997, p.67-68), aborda a corrupção provocada pelo pecado na natureza humana, impossibilitando-a de voltar a Deus “apenas com as próprias forças” (p.68). Ora, a religião tem como único objetivo engendrar esforços para essa volta a Deus, seja através de um mediador humano ou pelas próprias capacidades do interessado. Ocorre que isso é uma metodologia única, seja para as religiões cristãs ou para os “pagãos”. É por isso que a religião é defendida a ponto de matar o semelhante, pois qualquer coisa justificaria a “recompensa” de encontrar Deus.

Autores de excelentes livros didáticos, seguindo essa tendência, chegaram ao ponto de confundirem as funções dos pais do cristianismo. É o caso de Arruda e Piletti (1999, p.30), ao afirmarem que “A partir dos anos 50 d.C., os cristãos – que crêem em Jesus Cristo como Deus feito homem para redimir a humanidade de seus pecados – começaram a preservar as cartas de seus chefes espirituais e, em especial, as de Paulo”. O entendimento que se tem hoje de “chefe” torce profundamente a realidade de que esses homens eram para sua comunidade (I CORÍNTIOS, 8:19-23).

Esses mesmos autores registram,

O cristianismo passou, ao longo de toda a sua existência, por muitas transformações. Foram necessários séculos para que os cristãos definissem sua doutrina, assim como a organização interna da sua Igreja. No início, existiam apenas padres ou presbíteros – encarregados da parte espiritual – e diáconos, encarregados da parte material. (ARRUDA E PILETTI, 1999, p.90)

Nesse contexto eles não somente confundem as distintas histórias do cristianismo e das religiões cristãs, como transmitem a idéia equivocada de que o cristianismo, entendido como religião, teria se desenvolvido. Retomando a reflexão sobre o sermão do monte e a prática dos primeiros discípulos de Cristo e confrontando essa realidade com aquilo que foi chamado de cristianismo a partir do século III, fica fácil perceber que são organizações muito distintas.

Como abordado em outros contextos nos itens anteriores deste artigo, o cristianismo é o movimento de Deus para o homem através de Jesus Cristo. A vida cristã consiste única e

exclusivamente em entregar-se ao amor do Deus Pai Criador e, conseqüentemente, compartilhar desse amor incondicional com o semelhante, manifestando o Reino de Deus na Terra como é no céu (Mateus, 6:9-10).

Aparentemente a maior dificuldade dos estudiosos sobre o cristianismo seja a concepção de pecado e sua relação com a infância, algo que, inclusive os teóricos ocidentais da educação também tinham dificuldade de lidar. Em sua importante obra nos informa Oliveira (2010, p. 60), que eles “acreditavam que, como as crianças nasciam sob o pecado, cabia à família e, na falta dela, à sociedade corrigi-las desde pequenas”.

Nessa mesma direção, repetindo que, sem desmerecer o maravilhoso trabalho de Kuhlmann Jr. (2010), na espetacular explicação sobre a vida e obra de Froebel, lemos,

Afinal, mais que cristã – protestante ou católica – a religiosidade de Froebel estava vinculada a uma visão de mundo panteísta. Esta sua religiosidade dissidente fez com que, em certos momentos, suas escolas na Alemanha fossem perseguidas por serem reconhecidas como ateístas. Além disso, sua visão de infância inerentemente boa, como também a defesa da educação de crianças fora do lar, se contrapunha às igrejas cristãs para quem o pecado original era fundante dos indivíduos e a educação era vista como tarefa da família e da igreja, sendo apenas aqueles que não tinham condições poderiam ter seus filhos educados em outros locais. (KUHLMANN JR., 2010, p.147)

Não é esclarecido nos contextos das discussões desses autores que essa concepção de pecado era da religião (cristã) católica, diferente da visão nascida no cristianismo, onde o pecado é resolvido pelo próprio Criador através do sacrifício de Jesus Cristo. Também não fica claro que o pecado é um problema do adulto e não da criança, sendo que seu remédio eficaz é o perdão incondicional, motivado pelo interesse do Criador de que suas criaturas deixem de sofrer. Portanto, dentro do cristianismo Deus não castiga o pecado por capricho, despotismo ou qualquer outro comportamento que faria sentido apenas na mitologia grega, mas para evitar ou minimizar o sofrimento advindo de suas conseqüências, pois pecar afeta somente a natureza ou a condição do homem.

É verdade que os autores não tinham a obrigação de saber de tudo isso, muito menos de registrar essas informações, dado os objetivos principais de suas publicações. Porém, reforçar o entendimento de que o cristianismo e as religiões cristãs são a mesma coisa, também não é adequado.

Como um último exemplo sobre a dificuldade dos autores em separar os distintos conteúdos do cristianismo e das religiões cristãs, registra-se o precioso trabalho de Minella (2005). Ao refletir sobre o levantamento bibliográfico que fez em relação à formação que era dada nas instituições católicas brasileiras para crianças, aponta que, “Enquanto isso o Asilo Nossa Senhora do Amparo afirmava que pretendia ‘educar as meninas em misteres domésticos, preparando mães de família cristãs’” (MINELLA, 2005, p.311).

Entende-se que nesse caso, a autora poderia ter deixado claro que aquilo era uma formação religiosa com discurso de um pretense cristianismo e não tinha relações com os ensinamentos de Jesus Cristo. Não fazendo isso ou algo parecido, é reforçado no leitor o entendimento incorreto de que o catolicismo romano expressa o cristianismo, portanto, uma grande injustiça, ainda que a autora não tivesse essa intenção.

A educação escolar pode ser feita, ainda que em partes, valorizando os aspectos do cristianismo sem confundir-se com qualquer tipo de proselitismo ou religiosidade. Essa abordagem tem relação com o que alguns pesquisadores estão chamando de “educação cristã”, como, por exemplo, Streck, 2005,

Educação cristã, como aqui entendida, é aquela prática educativa construída sobre uma visão de ser humano e de sociedade na relação explícita com a fé cristã, na perspectiva do Reino de Deus. Está incluído, nesta compreensão, o trabalho de

escolas ou universidades, instituições ou grupos que buscam formular seus objetivos e estratégias de ação em diálogo com a fé cristã. (STRECK, 2005, p.12)

Portanto, é um contexto onde a discussão e a busca pela prática sobre amar o próximo de forma incondicional tem espaço garantido, independentemente de religião. Um pequeno exemplo disso seria trabalhar em conjunto com educadores ateus que se orientam cotidianamente e de forma objetiva pelos direitos humanos, pois tais ideais têm muita coisa em comum com o cristianismo. Numa ótica cristã é como se estivessem sendo orientados pelos escritos bíblicos, conforme entende Streck (2005, p.13), “No Antigo Testamento Deus é frequentemente apresentado como o educador primeiro, do qual deriva toda autoridade dos demais educadores. O Novo Testamento apresenta Jesus como o mestre, do qual todos os demais só podem ser discípulos”.

### **O cristianismo existe independentemente das instituições religiosas**

A partir da vivência de quase três décadas com diferentes grupos cristãos, o trabalho desenvolvido pelo autor deste artigo se orienta no sentido de, coletivamente, disseminar as práticas do cristianismo em favor da educação infantil. Parte disso ocorre através de discussões realizadas em disciplinas regulares e especiais de cursos de licenciatura na Universidade Estadual de Londrina, desde março de 2000, e em projeto de extensão que organiza grupos de estudos sobre educação de filhos desde 2003. Nesses espaços congregadores de ateus, agnósticos e membros de religiões diversas, o tema do amor incondicional de Jesus Cristo pela humanidade, especialmente para com a criança, ganha eco dentro dos mais diferentes projetos de vida e profissão.

Independentemente dos rituais religiosos que praticam, ou não, há unanimidade das pessoas no entendimento de que os primeiros cristãos tinham uma vida diária de compromisso com a proposta de Jesus Cristo, oferecendo a experiência de entrar no Reino de Deus. Este é o Reino do amor incondicional, que não pode ser controlado por nenhuma pessoa ou instituição, pois é a própria vida de Jesus Cristo manifestando-se a partir do espírito e da alma humana.

Quem vive nessa condição, dentro ou fora de instituições religiosas, não mata ou prejudica de qualquer modo o seu semelhante, muito menos uma criança ou outro ser humano mais frágil.

Essa seria uma perspectiva de interpretação sobre os fatos envolvendo a educação infantil dentro das religiões cristãs que faria justiça ao cristianismo. Enquanto as religiões cristãs defendem seus interesses institucionais, normalmente de uma minoria de pessoas e comprometidas com o sistema político vigente, o cristianismo propõe viver, cotidianamente, da forma como Jesus Cristo viveu. Em especial, esse grande mestre determina que não se atrapalhe o movimento natural que a criança faz em direção a Ele. Entende-se que a melhor forma de fazer isso seja o educador caminhar junto com ela.

### **Referências Bibliográficas**

ARRUDA, José Jobson A.; PILETTI, Nelson. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. 8ª ed. Livro do professor. São Paulo: Ática, 1999.

BÍBLIA. Português. Bíblia de referência de Thompson. Deerfield, Florida 33442-8134 – E.U.A. Editora Vida, 1993.

BLAJ, Linda D. *Sukot e Purim na Educação Infantil: um encontro da infância e da cultura*

*judaica*. 2008. Dissertação Mestrado. Depto. Línguas Orientais da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Orient. Profa. Dra. Eliana Langer. São Paulo.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. 2ª ed. rev. e trad. da 8ª ed. alemã de 1974, por Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Cortez, 1979.

COMENIUS (1592-1670). *Didática Magna*; trad. italiano por BENEDETTI, Ivone C. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. Volumes 8 e 20. São Paulo: Larousse, 1995; Nova Cultural, 1998.

HALLEY, Henry H. *Manual bíblico: um comentário abreviado da Bíblia*. 6ª ed. São Paulo: Vida Nova, 1970.

INCONTRI, Dora. *Pestalozzi Educação e Ética*. São Paulo: Scipione, 1996.

KELLER, Werner. *...E a Bíblia tinha razão*. São Paulo: Círculo do livro, 1978.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MINELLA, Luzinete S. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil. *Cadernos Pagu*. Ed. 26, p.289-327, janeiro-junho de 2006.

OLIVEIRA, Zilma M.R. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 6ª ed. Coleção Docência em formação. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHLESINGER, Hugo. *Meus irmãos famosos: judeus de ontem e hoje a serviço da humanidade*. São Paulo: B'NAI B'RITH, 1982.

SCLIAR, Moacyr. *A condição judaica: das Tábuas da Lei à mesa da cozinha*. 2ª ed. Coleção Universidade Livre. Porto Alegre, RS: L&PM, 1987.

STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio Grande do Sul: Celadec, 2005.